

Uma reforma tributária em estudos

O GDF, conforme o secretário, ainda não tem uma posição definida sobre a reforma tributária. Mas está inclinado a realizar estudos profundos de ordem técnica para tomar uma posição sobre o assunto, já que em relação ao Distrito Federal a questão abrange itens específicos, como, por exemplo, a arrecadação do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados, que aqui não é cobrado. Mesmo diante disso, desta necessidade de um conhecimento mais amplo sobre a questão, Albano não acredita que a reforma tributária “para nós seja mais complicada que para os outros Estados”.

Em relação a polêmica “briga sobre a carne”, o secretário disse, também, que o GDF ainda não tem uma posição definida sobre o assunto. Ele prefere, portanto, não fazer qualquer previsão sobre o que deverá ser resolvido na próxima reunião do Conselho de Política Fazendária, marcada para junho. “O que poderá acontecer no Confaz é inimaginável a essa altura. Assim, não posso dizer se o órgão vai voltar a cobrar ICM sobre o produto em cinco por cento, ou não. Acho que, no momento, os novos secretários que assumiram agora, estão fazendo estudos sobre o assunto. Acredito mesmo que eles ainda não têm, assim como nós, uma posição concreta. Dai que qualquer previsão seria incorreta agora”.

Radicalmente contra o tabelamento de juros, por ser uma medida que cria uma rigidez de difícil acompanhamento por parte da própria autoridade monetária, o secretário acha que as recentes medidas anunciadas pelo Governo, como o atrelamento da correção monetária à inflação e a obrigatoriedade dos bancos de cobrarem só 12 por cento, poderão “interferir para a redução dos juros”.

Uma boa idéia que o secretário acha para a redução das taxas de juros, é a regionalização dos bancos. Embora reconheça que ela é “muito generalista e que pode causar uma imperfeição aqui ou ali”, é, sem dúvida, uma medida que poderia produzir bons resultados. Quanto a concessão de novas cartas-patentes, ele defende a adoção pelo Banco Central de novas normas.

“Acho que as cartas-patentes poderiam ser ampliadas para bancos que estivessem principalmente ligados ao aspecto regional e com o pré-requisito que lhe dê capacidade para suportar a atividade econômica nacional”, explicou o secretário.